

“DOCTRINA DONROE”:

O COROLÁRIO TRUMP PARA A VASSALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Passados 14 dias da agressão imperialista estadunidense sobre a Venezuela, faz-se oportuna uma leitura acerca do processo mais amplo em que se insere a referida agressão, bem como de seus desdobramentos efetivos e possíveis.

Democracia, soberania e isolamento regional da Venezuela no século XXI

A República Bolivariana da Venezuela foi gestada a partir da revolta popular de 1989, denominada de “Caracazo”, que totalizou mais de mil vítimas entre mortos e desaparecidos. O levante popular contra as desigualdades, pobreza e miséria generalizada transformou profundamente a história do país sul-americano, regido por uma classe dominante predatória e antinacional, vassalizada pelos interesses das corporações capital-imperialistas estadunidenses, tendo no petróleo seu núcleo estrutural. Assim sendo, esse capital-imperialismo operou na Venezuela, com o apoio de uma burguesia interna compradora, essencialmente golpista e fascistizada, cuja representação e símbolo se encontram na política de repressão e violência generalizada adotada pelo então presidente, Carlos Andrés Pérez, com vinculações estreitas com a Agência Central de Inteligência (CIA), que reprimiu violentamente a população.

Destaca-se que a frágil, fragmentada e inexpressiva oposição ao chavismo, também essencialmente golpista e fascistizada, é constituída por herdeiros de Pérez que operam na Venezuela, via guerra híbrida (ações militares convencionais articuladas com ações de desinformação, ciberataques, manipulação econômica, guerra psicológica, apoiadas por grupos internos oposicionista desarmados e/ou armados, explorando vulnerabilidades sociais e políticas com vista a desestabilização e queda de governos, de forças político-sociais ou mesmo de regimes políticos) por procuração estadunidense, para fabricar crises, particularmente em processos eleitorais, a partir de lideranças políticas artificiais, tais como: Henrique Capriles Radonski (1972 –), Juan Gerardo Guaidó Márquez (1983 –) e María Corina Machado Parisca (1967 –). O morticínio do “Caracazo”, provocado por Pérez, recebe uma espécie de continuidade na pessoa de Corina Machado, que expressa a natureza colonial e fascistizada desta figura condecorada com um prêmio (Prêmio Nobel da Paz) que se converteu em instrumento neocolonial da guerra híbrida em curso no país.

Em que pese o “Caracazo” ter sido derrotado, foi capaz de cultivar e enraizar uma nova cultura política popular que viria a ser decisiva para o surgimento da liderança popular Hugo Chávez e do chavismo — movimento político e ideológico que articula elementos de patriotismo socialista, bolivarianismo, organização social e política nos bairros urbanos e nas comunidades rurais (comunas) e integração latino-americana. O jovem Hugo Chávez fazia parte da estrutura militar venezuelana e passou a liderar um processo de ruptura com a concepção colonial, presente na estrutura das forças armadas venezuelanas, traço também comum em todas as forças armadas da América Latina. Os germes do “Caracazo” culminaram na tentativa de derrubada de Carlos Andrés Pérez por militares (sob liderança do então tenente-coronel Hugo Chávez) no movimento de 1992, na eleição de Chávez em 1998 e posse em 1999 e no enfrentamento vitorioso à tentativa de golpe de Estado e sequestro de Chávez nos acontecimentos de 11, 12 e 13 de abril de 2002. Desde o governo Chávez, denunciava-se a tentativa dos EUA de aplicar o chamado “Método Noriega” (acusar o chefe de Estado/governo de ser narcotraficante, impulsionar a referida acusação por meio do sistema internacional de mídia ocidental, justificar agressão imperialista ao país e prisão do chefe de Estado/governo e conduzir a julgamento dissimulado em um tribunal corrupto nos Estados Unidos previamente articulado que efetua a condenação), com a finalidade de mudança de regime, cujo núcleo se encontrava em forjar e difundir a ideologia de que o Estado venezuelano e seu governo seriam narcoterroristas.

Frente às adversidades e crises, o chavismo fortaleceu-se, enraizou-se e consolidou-se, ao longo do século XXI, não podendo ser definido e caracterizado como novo tipo de caudilhismo, como a intelectualidade liberal-burguesa, particularmente a sua fração liberal-social, tenta caracterizar. Tal intelectualidade, que defendia que o chavismo desapareceria com a morte de Chavez em 2013 e a campanha de detração de Nicolás Maduro, comemorou seu sequestro e prisão ilegal. Todavia, como a história demonstrou o inverso, com resistência venezuelana chavista ao capital-imperialismo estadunidense, teve curso um processo com constantes e progressivos bloqueios políticos, econômicos, socioculturais e militares, iniciado pelo governo Clinton e continuado por todos os governos estadunidenses desde então, obedecendo à lógica de escalada, com clara supremacia da militarização e campanha de detração das imagens das lideranças do chavismo, até se chegar à situação de ocupação militar sistemática e orgânica do Mar do Caribe, coagindo e ameaçando pelas armas a soberania da Venezuela e de todos os demais países da região e da América Latina como um todo.

Deve-se destacar que, sob o chavismo, a Venezuela realizou mais de 30 processos eleitorais e conta com amplo e enraizado apoio popular. O fato de não obedecer aos modelos e procedimentos normativos, descritivos e formais político-ideológicos e econômicos do que o Ocidente Coletivo (EUA, Europa Ocidental, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) — definidos por seus vassalos como democracias liberais representativas (ou liberalismo político, diga-se de passagem, em crise) e

economia de mercado (ou liberalismo econômico, igualmente em crise), atendo-se aqui apenas à questão político-ideológica — não significa que a Venezuela não seja democrática. Certamente, não obedece à concepção de democracia do Ocidente Coletivo, a partir da qual se compreende como natural e aceitável invadir militarmente um país soberano, sequestrar e prender (ilegalmente) seu presidente, como ardil para legitimar a dominância estadunidense hemisférica e o saque dos seus recursos e riquezas naturais.

Brasil e sua recente posição em desfavor do fortalecimento da Venezuela e integração da América Latina

Destaca-se que a Venezuela chavista é uma aliada estratégica, na América Latina, tanto de Moscou quanto de Pequim. Em que pese o papel estratégico do Brasil na região, o terceiro governo Lula não reconheceu a legitimidade das eleições venezuelanas e vetou a entrada da Venezuela nos BRICS (bloco de cooperação internacional atualmente composto de Brasil, Rússia, África do Sul, Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Índia, Indonésia e Irã), em claro aceno ao governo Trump, no âmbito externo, e ao eleitorado social-liberal e neoconservador brasileiro, no âmbito interno. Trata-se da perpetuação da linha de atuação conservadora e por vezes autocrática da diplomacia brasileira, fundamentada na ambiguidade tática. Tais ações políticas redundaram em enorme regressão ao ideal de integração latino-americana, imprescindível à resistência ao capital-imperialismo estadunidense, resultando numa (des)orientação estratégica.

Efetivamente, tratou-se de alinhamento velado de Brasília a Washington, como forma de isolar a Venezuela na região e bloquear e/ou dificultar parcerias estratégicas estabelecidas com China e Rússia. Após três anos, o terceiro governo Lula também não adotou nenhuma medida de política externa voltada para a reintegração da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), do qual a Venezuela está suspensa desde 5 de agosto de 2017 — em articulação liderada à época pelos governos Macri na Argentina e Temer no Brasil, como parte da política de isolamento e pressão militar sobre a Venezuela, impetrada pelo primeiro governo Trump, justificada por suposta ruptura da ordem democrática. O governo Lula tampouco levou adiante a reintegração da Venezuela na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Nesse sentido, o Brasil, país estratégico da região, sendo o único com recursos políticos e econômicos em condições de respaldar a liderança de um processo de unificação latino-americana, declinou de suas responsabilidades ético-políticas elementares de defesa da soberania nacional e regional. Pode-se dizer que o terceiro governo Lula, objetivando aproximar-se do governo Trump, principalmente após a implementação do seu tarifaço, adotou uma política externa de isolamento e bloqueio velado da Venezuela na região, contribuindo indiretamente para a derrubada de Maduro e a tentativa de mudança de regime na Venezuela. Ante a invasão militar estadunidense, o

assassinato de 100 pessoas entre militares (venezuelanos e cubanos) e civis (venezuelanos), o sequestro e a prisão (ilegal) do presidente constitucional venezuelano, o governo brasileiro limitou-se a emitir uma nota aparentemente crítica, sem citar o nome do agressor e utilizando o termo difundido pelo sistema de corporações monopolistas midiáticos – “captura do presidente” –, tentando relativizar o sequestro e a prisão ilegal, como forma de conferir alguma legalidade à ação militar. A nota sequer menciona a necessidade de se respeitar a soberania da Venezuela e muito menos toca na questão central: defesa e libertação imediata de Nicolás Maduro e de Cilia Flores, sua esposa. Coube ao frágil governo Gustavo Petro da Colômbia convocar reunião da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) para tratar da questão da invasão militar dos EUA a Venezuela, que foi realizada virtualmente no dia 4 de janeiro de 2026, sem que nenhuma posição de consenso nem manifestação conjunta fosse construída pelos seus 33 membros ao final de sua realização. O Brasil foi representado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ainda que a gravidade da questão exigisse a presença do presidente da república. O mesmo governo da Colômbia encaminhou solicitação de reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU, ocorrida em 5 de janeiro de 2026, que reiterou a necessidade de respeito à Carta das Nações Unidas e a todos os outros quadros jurídicos aplicáveis para salvaguardar a paz e a segurança, bem como aos princípios de soberania, independência política e integridade territorial dos Estados.

Escalada imperialista, cenário atual e riscos geopolíticos para a América Latina

Donald Trump afirmou que pretende governar a Venezuela, pois, segundo ele, não existem alternativas políticas legítimas internas para governar o país. Também afirmou que Corina Machado não teria condições e legitimidade para governar, em que pese ter recebido o Prêmio Nobel (Neocolonial) da Paz, transformado em instrumento de guerra híbrida. Nesse sentido, o bloqueio aéreo e naval permanece, com possibilidades reais de novas incursões militares, visto que o presidente foi sequestrado, mas o regime chavista não foi derrubado. Tudo indica que Trump utilizará o cerco naval, aéreo e terrestre, bem como o sequestro e prisão ilegal do presidente constitucional venezuelano, como forma de forjar pressão interna e externa para que o Parlamento decrete a vacância do cargo de presidente, como forma de acionar o dispositivo constitucional venezuelano que determina a convocação de novas eleições em caso de vacância, no prazo de 90 dias. Todavia, deve-se destacar que o governo, comandado pela então vice-presidente e atual presidenta interina Delcy Eloína Rodríguez Gómez, respaldada constitucionalmente pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), Assembleia Nacional (AN) e Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), resiste e declarou que o único presidente da Venezuela é Nicolás Maduro.

Tudo indica que o regime chavista seguirá a estratégia adotada por Maduro, fundamentada em uma solução pacífica de negociação e defesa da soberania nacional, como forma de ganhar tempo para

se rearticular interna e externamente, seja mobilizando as forças populares e sociais internas, seja articulando relações de solidariedade e alianças internacionais para pressionar o trumpismo belicista. Diante desse cenário, por sua vez, o governo Trump tem três alternativas: i. negociar com o regime chavista e adiar novas iniciativas de subordinação neocolonial da Venezuela, mas assegurando participação destacada dos Estados Unidos (ao lado da China) na exploração do petróleo e demais recursos naturais da Venezuela; ii. aumentar os elementos de dissuasão militar e intensificar ações de desestabilização político-social pelo apoio e financiamento da oposição golpista facistizada, para ter acesso a concessões econômicas extraordinárias e restringir acesso da China ao petróleo e demais recursos naturais da Venezuela; e iii. realizar incursões militares em larga escala e/ou promover decapitação da liderança política e militar do regime chavista, como forma de derrubar o regime pela força das armas, impor um governo completamente vassalizado por Washington, apropriar integralmente do petróleo e demais recursos naturais da Venezuela, impedindo acesso da China a esses recursos. Tais iniciativas, que podem transitar de uma à outra a depender das lutas sociopolíticas internas à Venezuela e de posicionamentos e articulações internacionais, integra uma constelação de propósitos estratégicos, entre os quais se destacam: reafirmar controle e dominância estadunidense sobre a América Latina; avançar o controle estadunidense sobre regiões e países que possuem grandes reservas de petróleo/gás e de minerais críticos (ouro, prata, terras raras) e/ou usufruem de localização estratégica nas rotas de transporte de matérias primas, suprimentos e produtos; impor restrição e/ou preços exorbitantes para a China ter acesso a esses recursos naturais; e reafirmar o dólar como moeda básica das operações comerciais de energia e de minerais críticos.

Nesse contexto, defender a autodeterminação dos povos e a solidariedade à Venezuela chavista implica necessariamente assegurar o princípio e defesa da soberania de todos os países da América Latina, claramente ameaçados militarmente pelo “Corolário (entendimento, interpretação, desenvolvimento) Trump” da Doutrina Monroe, criada pelo governo James Monroe (1817-1825) em 1823. Saliente-se que para muitos efetivamente nos encontramos sob a “*Doutrina Donroe*” de Trump, uma espécie de imperialismo mafioso que integra a política imperialista prevista pela “Doutrina Monroe” às ações mafiosas de Don Corleoni, imortalizadas nos filmes O Poderoso Chefão. Quadro mais do que reiterado no atual capital-imperialismo estadunidense trumpista, que, no último dia 7 de janeiro de 2026, assinou uma ordem executiva para retirar os Estados Unidos de 66 organizações internacionais e deixar de participar de tratados internacionais, incluindo a retirada de 31 entidades da Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se da implementação de política “turbo” capital-imperialista, que lançará mãos de todos os meios/recursos para alcançar seus fins/objetivos, desconhecendo o chamado Direito Internacional, ou qualquer organismo, organização, entidade ou acordo internacional que possa apresentar qualquer nível de refreamento aos meios/recursos empregados e aos fins/objetivos a serem alcançados.

Em face dessa realidade, é fundamental que ocorra uma mudança tática e estratégica na política externa do governo Lula para América Latina, sob pena de, em um futuro próximo, o Brasil e outros países da América Latina serem alvos de novas agressões do capital-imperialismo estadunidense, seja sob formas militares abertas, seja sob forma de guerras híbridas.

Somamos nossas vozes aos povos livres do planeta e exigimos a libertação imediata de Nicolás Maduro e sua esposa Cilia Flores e nos colocamos nas fileiras de defesa de princípios e movimentos anticapitalistas e anti-imperialistas!

Goiânia, 17 de janeiro de 2026.

Prof. Dr. Marcelo Lira Silva (Filiado ao Sintef-GO)